



**ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 8h 45min no Auditório do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA/MT ocorreu a 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta

Aprovação da Ata da 19ª Reunião Extraordinária; Informes; Continuação da Revisão da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo do CEHIDRO, Sr. Nêdio Carlos Pinheiro, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia Monteiro, representantes da SES; Sra. Isabela Harumi Nepomuceno, representantes da SEDEC; Sra. Fátima Aparecida da Silva locca, representante da UNEMAT; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdalla, representante da OAB; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA/MT; Sr. Renato da Gama Nogueira representante da ALTO JAURU ENERGÉTICA; Sr. André Luis Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante da FIEMT; Sr. Vicente Falcão de Arruda Filho, representante do Instituto AÇÃO VERDE; Sr. Orlando de Moura Apolitia Júnior, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; e Sra. Nívea Patrícia Nunes Nascimento, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Ingo Eduardo Bertogna Degenhard, representante da EPE; Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto e Sr. Édio Ferraz Ribeiro, representantes da CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, agradeceu a presença de todos e colocou que o objetivo de realizar esta reunião é apreciar a Minuta de revisão da Lei nº 6.945/97, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos, para verificar a necessidade de atualização, ponderando que na 19ª reunião Extraordinária paramos a análise no Art. 30. Em seguida passou ao primeiro ponto da pauta, colocando em apreciação a Ata da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando a Presidente colocou em votação a Ata da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou aos informes colocando aos conselheiros que hoje esta sendo submetida à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do CNRH a Moção nº 17, que trata do repúdio ao questionamento da competência das Sra. Leonice de Souza Lotufo e Sra. Susan Lannes de Andrade Feitos pela FONACH, destacando que a não temos representantes nesta reunião mas foi feita a nossa defesa junto aos pares do CNRH e até sexta feira deveremos ter uma resposta quanto a mesma. Em seguida informou aos conselheiros que nos dias 02 e 03 de



35 setembro ocorrerá a Reunião do grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano de Recursos
36 Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - GAP, em Campo Grande - MS. Informou ainda que nos
37 dias 09 e 10 de setembro ocorrerá em Brasília uma oficina sobre enquadramentos de corpos d'água
38 em classes, realizada pela ANA, na qual a SEMA enviará um representante. Colocou aos conselheiros
39 que ocorrerá nos dias 04 a 09 de outubro em Caldas Novas - GO o Encontro Nacional dos Comitês de
40 Bacias - ENCOB, destacando que o mesmo encontra-se com as inscrições abertas, as quais são
41 gratuitas e podem ser feitas através do site do ENCOB. O Secretario Executivo colocou aos
42 conselheiros que existe dois Projetos de Lei tramitando na Assembleia Legislativa visando a
43 consolidação das leis de matéria ambiental, sendo um deles com a consolidação das leis ordinárias,
44 Projeto de Lei nº 459/2015, e outro com a consolidação das leis complementares, Projeto de Lei
45 Complementar nº 18/2015, os quais recebeu no dia 19 de agosto a tarde e portanto não teve tempo
46 hábil de informar aos conselheiros antes da realização desta reunião. Colocou que a consolidação
47 inclui a Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 6.945/97, e a Lei de Conservação das Águas
48 Subterrâneas, Lei nº 9.612/2011, que tratam da gestão de recursos hídricos juntamente com todas as
49 leis que tratam da questão ambiental no Estado, ponderando que são Políticas distintas, inclusive
50 tendo Sistemas de Gestão e Conselhos diferentes à nível federal, o que não ocorre com as demais
51 legislações de matéria ambiental, ponderando que a sugestão da Secretaria Executiva é fazer uma
52 moção solicitando a retirada das Leis nº 6.945/97 e 9.612/2011 da consolidação. A Secretaria do
53 CEHIDRO colocou ainda não verificou em relação à Lei nº 9.612/2011, mas que foi feita cópia integral
54 dos artigos em vigor da Lei 6.945/97, lembrando aos mesmo que a mesma passa por um processo de
55 revisão que esta sendo feito pelo CEHIDRO, contando com a participação da PGE, de forma que
56 sendo publicada a consolidação da forma como esta proposta todo o trabalho de revisão será perdido.
57 Procedeu a leitura da Minuta de Moção nº 18. A conselheira Sara Caporossi colocou que deve ser
58 solicitado que o CEHIDRO analise os Projetos de Lei. A Secretária do CEHIDRO sugeriu que se
59 colocasse a solicitação de análise do CEHIDRO, CONSEMA e CEPESCA, o que foi aprovado. O
60 conselheiro Vicente falcão colocou que são dois projetos de leis, sendo sugerido pela Secretária do
61 CEHIDRO que fossem feitas duas moções, o que foi aprovado pelos conselheiros. Após a revisão, a
62 Minuta de Moção nº 18, dirigida à Assembleia Legislativa de Mato Grosso referente ao Projeto de Lei
63 nº 459/2015 ficou com o seguinte texto "O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, no
64 exercício de suas atribuições e, Considerando que a gestão de recursos naturais no Brasil é regida
65 pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional
66 de Meio Ambiente, e pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, Lei
67 nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Considerando que o CEHIDRO foi
68 instituído pela Lei nº. 6.945/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos; e

69 regulamentado pelo Decreto nº. 2.707/2010; Considerando que desde o ano de 2012 o CEHIDRO
70 discute uma Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, visando a atualização da mesma, a qual tramita
71 na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA sob o número de protocolo 570126/2012;
72 Considerando que a Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 esta sendo discutida e revisada em
73 diversas reuniões do CEHIDRO e passou apreciação pela Procuradoria Geral do Estado;
74 Considerando o Projeto de Lei nº 459/2015 que trata da consolidação da Legislação Ordinária de
75 Matéria Ambiental de Mato Grosso e tramita na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, de autoria da
76 Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais; Considerando que o Projeto de
77 Lei nº 459/2015 inclui na consolidação a Lei nº 6.945/97, através da cópia dos Artigos da Política
78 Estadual de Recursos Hídricos em vigor; Considerando que desde a publicação da Lei nº 6.945 em
79 1997 a gestão de recursos hídricos teve diversos avanços no País, inclusive com a edição de novos
80 diplomas legais relacionados à mesma, sendo premente a necessidade de atualização da Lei que rege
81 a Política Estadual de Recursos Hídricos; RESOLVE: Aprovar Moção solicitando a retirada da Lei nº
82 6.945/97 e da Lei nº 9.612/2011 do Projeto de Lei nº 459/2015, que trata da Consolidação da
83 Legislação Ordinária em Matéria Ambiental, bem como demais legislações relacionadas à gestão de
84 recursos hídricos. Solicita ainda a suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 459/2015 e que o
85 mesmo seja apreciado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, Conselho Estadual
86 de Meio Ambiente – CONSEMA e Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, para que se posicionem
87 de acordo com as suas competências legais.", o que foi aprovado pelos conselheiros. Foi elaborada
88 uma Minuta de Moção nº 19, dirigida à Assembleia Legislativa de Mato Grosso referente ao Projeto de
89 Lei Complementar nº 18/2015, com o seguinte texto "O Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
90 CEHIDRO, no exercício de suas atribuições e, Considerando que a gestão de recursos naturais no
91 Brasil é regida pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, Lei nº 6.938/81, que institui a
92 Política Nacional de Meio Ambiente, e pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
93 – SINGREH, Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Considerando que
94 o CEHIDRO foi instituído pela Lei nº, 6.945/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos
95 Hídricos; e regulamentado pelo Decreto nº. 2.707/2010; Considerando que desde o ano de 2012 o
96 CEHIDRO discute uma Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97, visando a atualização da mesma, a
97 qual tramita na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA sob o número de protocolo
98 570126/2012; Considerando que a Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97 esta sendo discutida e
99 revisada em diversas reuniões do CEHIDRO e passou apreciação pela Procuradoria Geral do Estado;
100 Considerando o Projeto de Lei Complementar nº 18/2015 que trata da consolidação da Legislação
101 Complementar de Matéria Ambiental de Mato Grosso e tramita na Assembleia Legislativa de Mato
102 Grosso, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais;



103 Considerando que o Projeto de Lei Complementar nº 18/2015 inclui na consolidação artigos que tratam
104 da gestão de recursos hídricos, que atualmente fazem parte da Lei Complementar nº 38/95;
105 Considerando que diversos artigos da Lei Complementar nº 38/95 encontram-se desatualizados desde
106 a publicação da Lei nº 6.945/97, que trata da Política Estadual de Recursos Hídricos; RESOLVE:
107 Aprovar Moção solicitando a retirada dos artigos que tratam da gestão de recursos hídricos do Projeto
108 de Lei Complementar nº 18/2015, que trata da Consolidação da Legislação Complementar em Matéria
109 Ambiental. Solicita ainda a suspensão da tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 18/2015 e que
110 o mesmo seja apreciado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, Conselho
111 Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA e Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, para que se
112 posicionem de acordo com as suas competências legais." a qual foi aprovada por unanimidade pelos
113 conselheiros presentes. O Secretário Executivo passou então ao próximo item da pauta, solicitando à
114 Secretária do CEHIDRO que desse continuidade à leitura dos artigos a serem apreciados. A Secretária
115 do CEHIDRO procedeu à leitura dos artigos 31 e 32 da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97. O
116 conselheiro Orlando Apoitia ponderou que tem que verificar se todas as atribuições relativas a
117 cobrança foram colocadas, principalmente quem tem a competência de aplicação do recurso, de forma
118 a evitar que o mesmo fique parado por falta de definição dos responsáveis. A conselheira Alessandra
119 Panizi sugeriu que fosse incluído na Minuta um capítulo referente a Agências de Água após o Capítulo
120 que trata de Órgão Gestor, copiando-se as atribuições das Agências existente na Lei nº 9.433/97,
121 adequando-as ao Estado, e que fosse incluídas as Agências de Água no art. 25, como ente do
122 Sistema, o que foi aprovado. O Secretário Executivo leu o Art. 33, ponderando que o Inciso XII, com a
123 redação " Executar a Política Nacional de Segurança de Barragem, no que lhe compete." foi uma
124 sugestão de inclusão da CTIntegração e a principal motivação da revisão da Lei para adequar a
125 mesma às atribuições dadas ao órgão coordenador/gestor pela Lei de Segurança de Barragens, sendo
126 sua inclusão aprovada pelos presentes. Foi solicitada a alteração dos textos dos Incisos II e VII, que
127 ficaram respectivamente com o texto "elaborar a proposta do Plano de Bacia Hidrográficas e suas
128 atualizações para encaminhamento ao respectivo Comitê, quando da inexistência de Agência de
129 Águas;" e "estabelecer critérios de prioridades de investimentos na área dos recursos hídricos, levando
130 em conta as sugestões dos Comitês de Bacias Hidrográficas;", o que foi aprovado pelos presentes. O
131 conselheiro Édio Ribeiro colocou que é necessário ao se criar a cobrança se levar em consideração as
132 perdas do sistema de abastecimento, pois estas oneram a população pois refletem diretamente na
133 tarifa, ao que o Secretário Executivo ponderou que é um tema importante a ser levantado mas que
134 cabe no momento de regulamentação da cobrança, mas não na Lei. O Secretário Executivo procedeu
135 à leitura dos artigos 34, 35 e 36. A conselheira Sara Caporossi questionou se não é necessário incluir
136 se a informação falsa de que trata o Art. 36 é dada pelo responsável técnico ou pelo outorgado, ao que

137 a Secretaria do CEHIDRO colocou que não é necessário colocar este detalhe na lei, o que foi
138 aprovado. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que se responsabiliza tanto o responsável
139 técnico quanto o proprietário do empreendimento. O Secretário Executivo leu os art. 36, 37 e 38 da
140 Minuta. Sugeriu-se a divisão do Inciso IV do Art. 38 da Minuta em dois incisos, ficando os mesmos
141 com a redação "perfurar poços para extração de água subterrânea sem a devida autorização;" e
142 "Operar poços tubulares sem a devida outorga;", o que foi aprovado pelos presentes. Sugeriu-se a
143 retirada dos termos "superficiais e subterrâneos" do caput e do inciso VII do art. 38, o que foi
144 aprovado. A Sr. Ellen Pantoja, Analista de Meio Ambiente da Gerência de Outorga da SEMA, colocou
145 aos conselheiros que um problema que é encontrado no Estado é a captação de água para o combate
146 a incêndio, uma vez que é emergencial, logo não pode aguardar a liberação da outorga pela SEMA e
147 que também não pode ser considerado uma uso insignificante por ter na maioria dos casos grandes
148 volumes de captação, que mesmo sendo momentânea pode alterar o balanço hídrico da bacia,
149 sugerindo que se incluísse no Art. 14 um inciso IV com o texto "Captação de água de curta duração
150 para ações emergenciais de combate a incêndio.", o que foi aprovado pelos conselheiros. A
151 conselheira Alessandra Panizi ponderou que esta inclusão contraria a Lei nº 9.433/97, uma vez que é
152 uma adaptação à realidade do Estado, que possui grande numero de queimadas, mas que torna a lei
153 mais abrangente, ao contrario da competência que o Estado tem de legislar leis estaduais de matéria
154 ambiental desde que as mesmas sejam mais restritivas do que a lei federal. Deliberou-se por manter a
155 inclusão e aguardar o posicionamento da PGE, que irá avaliar as alterações feitas na minuta
156 posteriormente. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse incluído um parágrafo único no Art.
157 38 com o texto "Não será considerada infração a captação de água eventual de curta duração para
158 ações emergenciais de combate a incêndio, desde que justificado ao órgão gestor em 30 dias após o
159 termino do evento.", como forma de garantir que a captação emergencial para atendimento a incêndios
160 não seja passível de multa, o que foi aprovado. O Secretário Executivo continuou a leitura lendo os
161 artigos 39 e 40 da Minuta. Solicitou-se que fosse retirado o termo "que integrem bacias hidrográficas"
162 dos Incisos I e II dos Artigos 39 e 40, o que foi aprovado. A conselheira Alessandra ponderou que tem
163 que ser feito um trabalho na SEMA, junto aos fiscalizadores, para que ao utilizarem os artigos desta
164 Minuta que tratem das infrações e que sejam coincidentes com artigos do Decreto Federal nº
165 6.514/2008, que trata das infrações e sanções ambientais, a usarem artigos de somente uma destas
166 legislações. Complementou ainda que o valor da multa aplicada nestes esta muito alto e que os
167 mesmos merecem uma readequação para incluir os usos independentes de outorga de forma a não
168 onerar os proprietários destes. O Secretário Executivo ponderou que em virtude do adiantado da hora
169 esta discussão será feita em uma nova reunião extraordinária, a ser marcada durante a 58ª Reunião
170 Ordinária, que ocorrerá em 10 de setembro de 2015. Nada mais havendo a declarar o Secretário



171 Executivo encerrou a reunião às 11h 56min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que
172 será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
173 – CEHIDRO,



174
175
176 **ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA**
177 Presidente do CEHIDRO



178
179
180 **NÉDIO CARLOS PINHEIRO**
181 Secretário Executivo do CEHIDRO